



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Análise de políticas públicas para a educação: a construção da agenda de políticas públicas para a educação na transição do Carlismo para o Petismo na Bahia - 2002-2015

Angelo Dantas de Oliveira_ Autor 1

angelodantas@yahoo.com.br_ Autor 1

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)_ Autor 1

Brasil_ Autor 1

Célia Tanajura Machado_ Autor 2

Celia.tanajura@gmail.com_ Autor 2

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)_ Autor 2

Brasil_ Autor 2



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O presente artigo consiste em parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia, vinculado ao Departamento de Educação. Ele visa promover uma reflexão sobre a construção da agenda de políticas públicas para a educação na transição dos governos conservadores que compunham o grupo político conhecido como Carlismo para os governos progressistas liderados pelo Partido dos Trabalhadores no Estado da Bahia (Brasil) no período de 2002 a 2015. Associado à primeira reflexão está uma abordagem sobre a implementação e efetividade de algumas políticas públicas na área de educação desenvolvidas pela gestão do Partido dos Trabalhadores através do Programa Todos pela Escola articulado ao Pacto com os Municípios pela Educação e o Programa de Apoio a Educação Municipal (PROAM). Tais programas estão sendo analisados numa perspectiva que visa compreender como eles ascenderam a composição da agenda de governo e como elas concorreram para fortalecer a gestão democrática dos Sistemas Municipais de Ensino. No âmbito do Estado da Bahia a agenda de governo passa a dar atenção às relações federativas e institucionais com os municípios que o compõe reestruturando as relações de poder e fortalecendo os espaços de decisão sobre as políticas públicas para educação de forma democrática, permitindo o diálogo e a participação da sociedade através de instituições que a represente. Para tanto a compreensão conceitual de política pública está relacionada às intenções que influenciam a tomada de decisões e desenvolvimento ou não de ações que visam solucionar demandas de uma determinada parcela da população, em meio à tensão e ao jogo de interesses entre o governo e a sociedade. Compreender como se equilibra o esse último fator, tensão entre a sociedade e o governo, é fundamental para analisar algumas variáveis em torno da construção da agenda de políticas públicas para a educação, adotadas pelos governos progressistas no Estado da Bahia pós-Carlismo. A opção de investigação que gerou este artigo tem como referência a perspectiva dialética, tomando as políticas públicas como expressão de dinâmicas e tensões específicas de relações sociais que envolvem os interesses do Estado e os dos cidadãos. O caminho metodológico a ser percorrido para analisar a composição da agenda de políticas públicas toma como referência o modelo de múltiplos fluxos desenvolvido por John Kingdon associado ao modelo do Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones. A título de conclusão preliminar percebeu-se que a mudança do processo de composição da agenda de políticas públicas dos governos pós-carlistas concorreu para uma dinamização dos grupos de diálogo que influenciam a sua formação, bem como as ações desenvolvidas pelo PROAM concorreram para fortalecer aspectos do desenvolvimento regional e local a partir da educação.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This article consists of part of a masters research developed with the Master's Degree in Management and Technology Applied to Education of the State University of Bahia, linked to the Department of Education. It aims to promote a reflection on the construction of the agenda of public policies for education in the transition from the conservative governments that composed the political group known as Carlism to the progressive governments led by the Workers Party in the State of Bahia (Brazil) in the period of 2002 to 2015. Associated with the first reflection is an approach on the implementation and effectiveness of some public policies in the area of education developed by the management of the Workers' Party through the All for the School Program articulated to the Pact with the Municipalities for Education and the Program of Support to Education Municipalities (PROAM). These programs are being analyzed in a perspective that aims to understand how they ascended the composition of the government agenda and how they competed to strengthen the democratic management of Municipalities Teaching Systems. In the context of the State of Bahia, the government agenda begins to give attention to federal and institutional relations with the municipalities that compose it by restructuring power relations and strengthening decision-making spaces on public policies for education in a democratic way, allowing dialogue and the participation of society through institutions that represent it. For this, the conceptual understanding of public policy is related to the intentions that influence the decision-making and the development or not of actions that aim to solve the demands of a certain part of the population, amidst the tension and the game of interests between the government and the society. Understanding how this latter factor, the tension between society and government, is balanced, is important to analyze some variables around the construction of the agenda of public policies for education, adopted by progressive governments in the post-Carlismo State of Bahia. The research option that generated this article has as reference the dialectical perspective, taking the public policies as an expression of dynamics and specific tensions of social relations that involve the interests of the State and of the citizens. The methodological path to be taken to analyze the composition of the public police agenda takes as reference the model of multiple flows developed by John Kingdon associated to the model of the Balanced Score of Baumgartner and Jones. As a preliminary conclusion, it was noticed that the change in the composition of the public policy agenda of the post-Carlist governments contributed to the dynamization of the dialogue groups that influence their formation, as well as the actions developed by PROAM to strengthen aspects of regional and local development from education.

Palabras clave

Políticas públicas; Gestão Democrática; Educação.

Keywords

Public policies; Democratic management; Education.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

O processo de redemocratização do Brasil, que se efetivou no final da década de 1980, trouxe consigo a necessidade de reorganizar o Estado em sua configuração política e forma de gestão. Durante a década de 1990 e início dos anos 2000 prevaleceu, na composição política e de gestão do Estado, a perspectiva neoliberal e sua proposta de um Estado Mínimo.

A partir do ano de 2002 as forças políticas consideradas progressistas ascendem ao comando do Estado no Brasil e promovem algumas alterações na agenda e na configuração da gestão das políticas públicas. Assim, programas e projetos passaram a ser pautados e constituídos a partir dos direitos coletivos, com forte apelo a construção de um movimento de incentivo a participação popular na formulação das agendas das políticas públicas e, conseqüentemente, na efetivação destas.

A dinâmica de alternância de poder entre as forças conservadoras (liberais) e as forças progressistas alcançam o estado da Bahia no ano de 2006, com a ascensão do conjunto de partidos que orbitam o campo da esquerda, liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao comando do estado com a vitória nas eleições do então candidato Jaques Wagner, que derrota o candidato do grupo de políticos conservadores chamado Carlismo.

No contexto das mudanças de governo na Bahia, uma das áreas que recebeu atenção especial, a partir do ano de 2007, foi a da educação em virtude da sua capilaridade e presença em todos os 417 municípios que compõe a Bahia. Implementou-se então, a partir da modificação do perfil das relações estabelecidas entre o Estado da Bahia e os seus municípios, por meio do Programa Todos pela Estoca e do Programa de Apoio a Educação Municipal (PROAM), um conjunto de ações e de políticas públicas que vislumbravam a democratização das relações entre eles.

As atividades desenvolvidas pelo PROAM convergem para o fortalecimento da gestão dos Sistemas Municipais de Ensino no Estado da Bahia, e, trazem consigo a necessidade de planejamento e organização dos mesmos por meio de parcerias, que tem o intuito de fortalecer o seu desenvolvimento.

Diante do contexto descrito o presente artigo busca mostrar alguns fundamentos que discutem a formação da agenda de políticas públicas numa perspectiva que visa a descentralização da gestão



das políticas de educação e o fortalecimento da gestão democrática das mesmas. Além disto, visa apresentar as ações desenvolvidas pelo Programa de Apoio a Educação Municipal (PROAM), e como as articulações em torno da efetivação das políticas de educação reconfigurou a relação entre o governo do estado da Bahia e os governos locais nos municípios.

Tal pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento com pretensão para a sua conclusão no mês de fevereiro de 2018, com a apresentação de indicações para a reformulação de algumas políticas públicas desenvolvidas pelo PROAM, como proposta de intervenção para a finalização do mestrado profissional.

II. Marco teórico/marco conceptual

No Brasil, o federalismo, como forma de organização do Estado, se efetivou em 1889, com a proclamação da República, em contraposição à forma de Estado unitário que prevaleceu durante todo o período imperial. Com a instituição da Federação, as antigas províncias, atuais estados federados, adquiriram autonomia política, administrativa e econômica, reduzindo o poder da União e definindo, constitucionalmente, as atribuições e competências de cada ente.

O federalismo brasileiro se consolidou com esferas de governo autônomas nos âmbitos normativo, financeiro, administrativo e político, tendo como requisito a sua condição indissolúvel, no que tange às esferas instituídas nacionalmente, como bem define a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, caput: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”.

Durante a normatização da Constituição de 1988, ao promover a ascensão dos municípios à condição de ente federado, a organização do federalismo brasileiro inovou. Tal inovação é tema controverso entre os constitucionalistas a ponto de Silva (2012, p. 101) considerar que “[...] foi um equívoco do constituinte incluir os municípios como componente da Federação”, haja vista que, conforme afirma Souza (2005, p.113), “[...] a teoria do federalismo não incorpora a situação de espaços territoriais que possuem garantias constitucionais próprias, inclusive tributárias, como é o caso dos municípios brasileiros”. Em contraposição à proposição de Silva (2012), há a interpretação de Bonavides (2016, p.341), que destaca que:



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

[...] as prescrições do novo estatuto fundamental de 1988, a respeito da autonomia municipal, configuram, indubitavelmente, o mais considerável avanço de proteção e abrangência já recebido por esse instituto em todas as épocas constitucionais de nossa história (BONAVIDES, 2016, p. 341).

Ao estruturar a Federação como união indissolúvel de seus entes, a Constituição Federal de 1988 estabelece, como princípio condutor das relações federativas, a colaboração e a cooperação entre os seus entes, a partir das competências estabelecidas, ou seja, “[...] trata-se de um regime em que os poderes de governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de poder e de competências legalmente definidas” (CURY, 2008, p.1196).

De acordo com Monlevade (2010), é necessário compreender e distinguir os sentidos normativos que se colocam sobre os conceitos de cooperação e colaboração, ambos citados na Constituição e em leis infraconstitucionais, mesmo com a determinação constitucional ainda carente de normatização. Para o autor, o termo colaboração está próximo do aspecto normativo dos sistemas de ensino, enquanto cooperação se aproxima da função executiva das ações entre os entes.

Bordignon (2009), Saviani (2011), Dourado (2013), Cury (2014), Abrucio e Segato (2014), ao debaterem a formação do Sistema Nacional de Educação reiteram o papel do federalismo na construção das relações de centralização e descentralização de poder entre as instâncias governamentais e o seu papel na construção normativa das políticas públicas para educação e sua execução.

Para analisar como são concebidas e efetivadas as políticas públicas é essencial que, antes, se referencie a concepção de Estado que conduz as decisões em seu entorno. Para esta análise, a opção, em consonância com Oliveira (2015) e O’Donnel (1980), por utilizar a compreensão de Estado como uma construção que ocorre, a partir de relações sociais complexas, que transcendem a sua estrutura jurídico-normativa, haja vista ela permitir identificar que as políticas públicas, no seu processo de elaboração, sofrem influências de agentes externos à burocracia estatal.

O’Donnel (1980, p. 02) conceitua Estado como “[...] o componente especificamente político da dominação numa sociedade”. Tomando esse conceito como referência é possível verificar de que maneira a correlação de forças presentes no governo, juntamente com as forças externas que com ele dialoga, influenciam na definição da agenda de políticas públicas.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

A escolha e a definição dos temas que farão parte da agenda de políticas públicas de um governo pode refletir a composição das forças hegemônicas e contra-hegemônicas que tencionam os espaços políticos de decisão no Estado, bem como, demonstra o alinhamento do mesmo dentro da construção de uma ordem social que enfatize ou privilegie o público (direitos coletivos de cidadania) ou o privado (direitos econômicos capitalistas), pois, como traz Oliveira (2015, p.629):

[...] no nível do Estado podem ser mais ou menos favoráveis aos trabalhadores e, em outros momentos, aos capitalistas (empresários), dependendo da correlação de forças e da disputa pela hegemonia no interior dessas instituições, mas elas estarão sempre em defesa da permanência do capitalismo (OLIVEIRA, 2015, p.629).

Ao tomar o Estado como construído a partir de relações sociais complexas para além da sua estrutura jurídico-normativa se faz necessário associá-lo a um conceito de política pública que reflita o caráter relacional na construção dessas. Celina Souza (2006), ao realizar uma revisão de literatura sobre políticas públicas, retoma a obra de alguns autores que construíram definições conceituais sobre políticas públicas. Para ela:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p.24).

Os conceitos de políticas públicas elencados por Souza (2006) apontam para o aspecto pragmático da atuação do governo na resolução de problemas, por meio de um conjunto de ações, utilizando os meios e recursos disponíveis. Entretanto, nenhum dos conceitos relacionados faz referência a como nascem as ações de governo numa perspectiva de interação com a sociedade em sua elaboração. Tal perspectiva é sinalizada por Boneti (2011), quando se propôs a estudar a construção das políticas públicas.

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado da realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2011, p.18).

A definição trazida por Boneti (2011) coaduna com a compreensão de estado que se está utilizando neste estudo, ou seja, a de compreender o Estado a partir de um conjunto de relações estabelecidas por forças, que estão além das relações institucionais, mas que atuam sobre ele influenciando na compreensão dos problemas que merecem sua atenção, a ponto de ocupar espaço na agenda de políticas públicas, a ser efetivada por meio de ações institucionalizadas. Assim se compreende que as conceituações que colocam as políticas públicas como “o Estado em ação”, em resposta a demandas sociais, deve levar em consideração a característica relacional que há entre o estado e a sociedade civil.

III. Metodología

Esta pesquisa foi motivada por uma inquietação que surgiu do contexto fático e concreto no ambiente de trabalho, onde nos deparamos com discussões que buscavam compreender os meandros que fortaleciam ou fragilizavam a implementação e manutenção de algumas políticas públicas para educação no estado da Bahia.

Coube, no contexto da discussão, levantar diversas indagações que variavam dos aspectos mais amplos como a conjuntura política, até os mais específicos, como a construção dos projetos e programas pelos técnicos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Dada a relevância da oferta de uma política pública, em regime de colaboração entre o estado da Bahia e os municípios, torna-se essencial compreender a tessitura das motivações e dos diálogos que gestaram as políticas públicas para educação oferecidas pelo Programa de Apoio a Educação Municipal, da Secretaria Estadual de Educação.

A opção de investigação pela pesquisa na perspectiva qualitativa leva em consideração que, ao não priorizar os aspectos da realidade que podem ser quantificados, ela se dedica a compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Tomando as políticas públicas como expressão de dinâmicas específicas de relações sociais que envolvem a institucionalidade do Estado e os cidadãos,



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

compreender a relação estabelecida entre eles é fundamental para qualificar os processos de interação e negociação na construção das referidas políticas.

Para concretizar a pesquisa foi necessário a utilização de várias formas e fontes na coleta de dados. Essa estratégia possibilitou observar várias evidências implicadas na criação e implementação da política pública em estudo. Neste contexto, a técnica da triangulação na coleta de dados nos deu suporte necessário por apontar algumas evidências.

O uso de várias fontes de evidências [...] permite que o pesquisador dedique-se a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. A vantagem mais importante, no entanto, é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação [...] (YIN, 2001, p. 121).

A opção pela análise de políticas públicas nos levou a optar por uma triangulação de métodos e técnicas de pesquisa que consiste em:

- No primeiro vértice desenvolver uma pesquisa bibliográfica e construir uma base teórica delineando o percurso reflexivo sobre os conceitos de sustentação da pesquisa: federalismo, políticas públicas, agenda de políticas públicas, descentralização.
- No segundo vértice promover uma pesquisa de base documental que permita compreender as opções programáticas delineadas para a condução das políticas públicas pelas gestões que governaram o estado da Bahia, assim como, traçar o perfil das políticas públicas a partir de documentos normativas, minutas de projetos, instrumentos de planejamento da gestão (planos, PPA, LOA, compromissos de gestão) e, documentos que retratem a operacionalidade dos programas.
- O terceiro vértice estamos chamando de relacional e consiste na aplicação de entrevistas semiestruturadas com técnicos e dirigentes ligados à política pública em estudo. O aspecto relacional consiste na possibilidade de, após ter relacionado as duas bases anteriores (teórica e documental), dialogar com atores envolvidos diretamente na elaboração e gestão das políticas públicas, para compreender variáveis que não são percebidas nos textos e documentos.

Para analisar a composição da agenda de governo foram utilizados, como referência, o arcabouço metodológico do modelo de múltiplos fluxos desenvolvido por John Kingdon e o modelo de equilíbrio pontuado desenvolvido por Baumgartner e Jones, referenciado no Brasil a partir das



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

pesquisas desenvolvidas por Capella (2006, 2007, 2008). O primeiro permite compreender como um problema se torna importante a ponto de gerar preocupações no governo a ponto de fomentar a construção de uma política pública para a sua resolução. Já o segundo, além de considerar as mudanças rápidas que ocorrem nas políticas públicas, levam em consideração o que eles chamam de “subsistemas políticos”, espaços decisórios de agentes governamentais delegados pelos governos, para atuar em questões políticas pontuais e de menor proeminência.

No modelo *Multiple Streams* (Múltiplos Fluxos) desenvolvido por John Kingdon (1984), compreende que há uma gama muito grande de problemas que merecem a atenção dos formuladores de políticas públicas, porém, apenas alguns serão levados em consideração para a tomada de decisão de agir por parte do governo. Segundo Capella (2007), o modelo de múltiplos fluxos busca compreender como um problema se torna importante a ponto de gerar preocupações no governo e fomentar a construção de uma política pública. Para Kingdon, a formação das políticas públicas possui três fluxos: o primeiro visa analisar como as questões são reconhecidas como problemas e despertam o interesse governamental; o segundo fluxo foca no conjunto de alternativas e soluções que surgem e são postas como alternativas para as soluções dos problemas; o terceiro fluxo avalia os elementos que promovem influência sobre a agenda de governo (o clima nacional, as forças políticas organizadas e as mudanças dentro do próprio governo).

O *Punctuated Equilibrium* (Equilíbrio interrompido ou pontuado) é o modelo de formulação de políticas públicas criado por Baumgartner e Jones (1993). Os adeptos deste modelo compreendem a composição das políticas públicas como subsistemas do sistema político, permitindo a esse “[...] processar as questões de forma paralela, ou seja, fazendo mudanças a partir da experiência de implementação e de avaliação, e somente em períodos de instabilidade ocorre uma mudança serial mais profunda” (SOUZA, 2006, p. 33).

IV. Análisis y discusión de datos

Ao analisar a construção das políticas públicas para a educação no Brasil nas duas últimas décadas, é possível constatar as tensões entre o referencial neoliberal e os grupos de resistência. Diante de tal ambivalência, é premente ressaltar que ainda que forças progressistas ocupem postos de



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

comando no Estado, a ação que eventualmente implementem não se traduz, diretamente e imediatamente, em mudanças estruturais na condução das políticas públicas, o que nos leva a concordar com Santos (2005, p.5), ao afirmar que “[...] não estamos em um mundo onde haja instrumentos hegemônicos, de um lado, e, de outro lado, instrumentos contra-hegemônicos puros”.

No que concerne à Bahia, diante do contexto das mudanças políticas com a ascensão dos governos populares a gestão do Estado, se percebe a manutenção dos aspectos das ambivalências e contradições. Cabe aqui uma reflexão em torno das contradições internas dentro das duas formas de condução na gestão e do perfil político dos dois grupos.

No carlismo, a contradição se expressa a partir da perspectiva que visa garantir uma gestão técnica do aparelho do Estado, gerando eficiência econômica, com uma forma de fazer política calcada no personalismo e na tradição conservadora de uma elite política com visão de controle hierárquico sobre os agentes políticos. Dessa forma o “o carlismo é a versão baiana da modernização conservadora brasileira”, caracterizada por um tipo de política em que predomina “lideranças conservadoras” (DANTAS NETO, 2006, p.05).

Segundo Dantas Neto (2003), na Bahia, o caráter simbólico do desenvolvimento estava associado ao carlismo em virtude da massificação do discurso modernizante e salvacionista associado a uma difusão midiática que chegava aos mais distantes rincões do Estado, construída, principalmente, em torno do personalismo de Antônio Carlos Magalhães.

Na administração, a idéia-força que inaugurou a década, com a reconquista do governo estadual, continha-se no trinômio publicitário “ação-competência-moralidade” (A-C-M), embora, na prática, os três atributos, além de formarem, com as iniciais, a sigla do personagem central da fênix, convergissem para o leito único do ajuste fiscal. Aliás, a Bahia foi, na primeira metade dos 90, um dos laboratórios onde se descobriu modos de extrair prestígio político e aclamação social de uma cartilha administrativa e financeira de cunho impopular (DANTAS NETO, 2003, p. 236).

A eficiência econômica, que, em tese, geraria o fortalecimento do Estado, traz consigo, dentro da estrutura federalista de estado e do regime de governo republicano, a autonomia dos entes federados na construção das políticas públicas, e, a possibilidade da participação da população na definição da agenda, planejamento, monitoramento e avaliação daquelas. Contudo, dentro do carlismo a autonomia dos municípios, como entes federados subnacionais, assim como a participação



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

direta da população no planejamento da gestão do Estado, não eram considerados em virtude do seu caráter centralizador, mesmo estando presentes como plataforma discursiva em seus instrumentos de planejamento como o PPA.

O Plano Plurianual 2004-2007 incorporou um avanço histórico no seu processo de elaboração: a criação de um canal de comunicação com a sociedade, contemplando seus anseios e expectativas quanto à ação governamental no próximo quadriênio. Numa iniciativa inédita no Estado, um elenco qualificado de atores sociais, representando conselhos, associações, lideranças empresariais, organizações não-governamentais e sindicatos foram convidados a participar ativamente na discussão das ações governamentais que impactarão a sociedade baiana, objetivando adequá-las melhor às demandas sociais, fortalecendo a interação entre Governo e sociedade (SEPLAN, 2003, p.17)

Como se pode observar, a elaboração do PPA 2004-2007 apesar de trazer uma argumentação em torno da participação como um avanço histórico, ele ainda se constitui num processo de planejamento, eminentemente, técnico e centralizado na ação do governo por meio dos secretários e seus quadros de servidores.

Ao buscar, no PPA (2004-2007), os programas e ações que, efetivamente, consolidariam o discurso pela descentralização das políticas públicas para a educação em parceria com os municípios, tomando a educação municipal como sistema de ensino, constatamos que não há ações específicas que objetivem tal proposta. Os programas e ações vislumbram a atuação junto às unidades escolares, numa relação direta entre o Estado e a escola, desconsiderando, completamente, o município como ente federado autônomo dotado de sistema de ensino próprio.

Como se pode observar há uma contradição entre o discurso e a prática do governo no que tange à descentralização e o fortalecimento do município como ente federado nas questões referentes a educação, principalmente, por que o processo se caracteriza pela centralidade no Estado e sem uma construção participativa e democrática.

Oliveira (2006) ao refletir, a partir do PPA (1999), sobre o processo de descentralização da educação na Bahia, sob o viés do carlismo, aponta para uma transferência da responsabilidade pela educação para a sociedade e para os municípios, colocados na condição de parceiros, contudo, sendo condicionados e tutelados pelo estado.

Para tanto, leva em consideração a idéia de que a educação é “prioridade absoluta”, não sendo, portanto, apenas do Estado a responsabilidade de promover a dita



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

“revolução na educação”, mas requer a participação da sociedade, cabendo também aos municípios, enquanto “parceiros efetivos dessa mudança da cultura educacional do Estado”, grande parte dessa responsabilidade, já que asseguram a oferta do ensino fundamental para a maioria absoluta dos alunos (57,79%, em 1998), devendo os municípios, na concepção dos governantes do Estado, serem “capacitados” (pelo próprio Estado) para garantir a qualidade dos seus sistemas de ensino, conforme referências feitas pelo Superintendente de Articulação Estado-Município numa palestra proferida na UESC, em 1999 (OLIVEIRA, 2006, p.04)

É patente que a compreensão do processo de descentralização da educação por parte dos governos caracterizados como carlistas, não percebem os municípios como entes federados autônomos, capazes de gerir seus sistemas municipais de ensino, sem o controle centralizado na Secretaria Estadual.

A derrota do carlismo nas eleições para o governador em 2006 provocou uma redefinição programática na gestão do Estado. Há, contudo, que se ressaltar, que não há uma ruptura brusca no que tange às políticas públicas que estruturam Estado da Bahia, assim como, na composição política que governará o mesmo, haja vista, para que houvesse a derrota do carlismo houve uma composição entre as chamadas forças progressistas, capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores – PT, com políticos dissidentes do carlismo como aponta Dantas Neto (2009).

O campo político que hoje constitui o governo Wagner começou a se delinear durante os últimos atos do carlismo baiano-nacional, ou primórdios do carlismo pós-carlista, denominação aqui referida ao período mais recente da trajetória, em que a estratégia do grupo passou a sofrer revezes mais consequentes que os anteriores, mediante o declínio político de seu protagonista e após o falecimento de Luís Eduardo, em 1998, marco do auge do domínio do grupo e do início de seu refluxo (DANTAS NETO, 2009, p. 07).

A gestão composta por forças políticas capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores trouxe como opção programática, em contraponto a proposta do carlismo, um perfil de gestão descentralizado e participativo, ou seja, com características mais republicanas e democráticas, respeitando as autonomias dos entes federados e a participação da sociedade na definição da agenda de governo e no planejamento das suas políticas públicas através dos instrumentos de gestão como o PPA.



O PPA (2008-2011) aponta para algumas alterações programáticas da nova gestão. Uma das primeiras consistiu na ampliação da participação da sociedade na definição das linhas que comporiam o PPA, por meio da interiorização do processo de elaboração do mesmo.

As plenárias do PPA Participativo ocorreram entre os dias 11 de maio e 17 de junho com pessoas dos 26 Territórios de Identidades que compõem o novo mapa de desenvolvimento do Estado. Somando-se as dezenas de reuniões prévias, seminários e debates em vários municípios com os 12.343 representantes dos segmentos sociais credenciados nas plenárias do PPA Participativo cerca de 40 mil pessoas foram envolvidas diretamente neste processo de diálogo social (SEPLAN, 2008, p.63).

A sinalização programática do novo governo procura associar a participação da sociedade como um dos aspectos essenciais para fortalecer a democracia, ressaltando que o processo de escuta junto à sociedade, não substitui as demais formas de participação por meio da representatividade, como referenda o texto de apresentação do PPA.

O PPA Participativo não é o único instrumento de participação cidadã. Ele não substitui os movimentos sociais, os conselhos de direitos e setoriais e nem o Parlamento como expressões legítimas e necessárias da sociedade. É uma complementação à democracia representativa (SEPLAN, 2008, p.64).

Uma outra vertente programática apontada pela nova gestão é a da transparência e do controle social através dos conselhos de políticas públicas e dos fóruns, assim como, efetivar o processo de descentralização administrativa.

As Diretrizes Estratégicas de Gestão traduzem as premissas de um Novo Modelo de Desenvolvimento, baseado na Governança Solidária, que tem como elementos centrais os seguintes princípios: a Ética no tratamento das questões públicas; a Democracia permeando a relação entre governo e sociedade; **a Transparência e o Controle Social das ações de governo, especialmente através dos conselhos de políticas públicas e dos fóruns territoriais** (grifo nosso); a Participação Cidadã na formulação e implementação das políticas públicas; o compromisso com a Efetividade e a Territorialização das ações e, por fim, a Transversalidade e a **Descentralização administrativa** (SEPLAN, 2008, p.52).

No que tange à questão da descentralização administrativa a visão programática da gestão pós-carlista aponta para o compartilhamento de decisões no contexto da reconfiguração institucional e cartográfica do Estado por territórios de identidade.

Logicamente, a descentralização administrativa, com a desconcentração dos serviços públicos, a distribuição destes pelos territórios e o compartilhamento das discussões,



não ameaça a legitimidade política do Executivo estadual em tomar decisões (SEPLAN, 2008, P.67).

Na área da educação o discurso programático pelo planejamento descentralizado, compartilhado e participativo é reiterado no PPA (2008-2011) ao trazer como objetivo “[...] uma Política Educacional com gestão planejada, compartilhada e participativa, superando a verticalização e desarticulação dos níveis de administração (SEPLAN, 2008, p.73). Cabe ressaltar que o PPA mantém uma defesa de fortalecimento das políticas públicas voltados para a escola, onde o “[...] novo modelo tem como marcas o respeito à autonomia escolar, o fortalecimento da participação dos Conselhos Escolares e abertura e integração da a escola à comunidade, que deverá ter voz ativa na gestão das unidades (SEPLAN, 2008, p.73).

A proposição de um programa de cooperação técnica com os municípios surge como um dos programas do PPA 2008-2011 e aponta para uma ressignificação das relações entre Estado e municípios. O mesmo propõe que sejam estabelecidos termos de parceria técnico-pedagógica para garantir o planejamento dos sistemas municipais a partir dos Planos Municipais de Educação - PME. Esses, deveriam se constituir como um instrumento de planejamento que possibilitasse a integração entre os sistemas de ensino na Bahia, promovendo a organização dos sistemas municipais de ensino.

Foi neste contexto que o Estado passou a reconhecer que, era papel da SEC, desenvolver ações e estratégias para viabilizar a melhoria da qualidade da educação na Bahia em parceria com os municípios através da SUPAV e do PROAM. As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa convergem para o fortalecimento da gestão do Sistema Municipal do Ensino e trazem consigo a necessidade de planejamento e organização dos mesmos por meio das parcerias estabelecidas com o Estado através da Secretaria Estadual de Educação.

A atuação do PROAM está associada ao cumprimento do princípio constitucional da colaboração entre os entes federativos, no intuito de “construir uma rede educacional na Bahia para, em regime de colaboração, integrar as políticas estaduais e municipais de educação”. (BAHIA, 2014b, p.10)

As primeiras políticas de educação executadas sob a responsabilidade do PROAM no período de 2007 a 2011 foram aquelas que buscaram fortalecer os Sistemas Municipais de Ensino,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

principalmente, no que concerne aos seus objetivos primordiais que são o estreitamento das relações federativas com os municípios e a qualificação técnica das equipes que atuam nas Secretarias de Educação dos Municípios, conforme consta no projeto que institui o PROAM, e, se apresentam nos resultados aferidos nos relatórios das Ações. O quadro abaixo apresenta a caracterização e a abrangência dos programas e projetos.

Quadro 1 – Políticas públicas efetivadas pelo PROAM (2007-2011)

PROJETOS IMPLANTADOS	CARACTERIZAÇÃO	ABRANGÊNCIA
Projeto de Assessoramento à Elaboração de Plano Municipal de Educação (PME).	Assessoramento e elaboração do PME, por meio de visitas técnicas e acompanhamento a distância à equipe técnica da secretaria municipal de educação (SME).	285 municípios, com 1.015 técnicos das SME diretamente envolvidos.
Projeto de Assessoramento à Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação (PARES)	Assessoramento e elaboração da Lei de Reestruturação, Regimento Interno e Memorial das SME, por meio de visitas técnico-pedagógicas e acompanhamento a distância à equipe técnica da secretaria municipal de educação.	19 municípios, com 50 técnicos das SME diretamente envolvidos.
Projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação (CME)	Realização de oficinas de formação de conselheiros municipais de educação e acompanhamento aos CME nos municípios, fortalecendo a atuação dos mesmos.	127 Conselhos Municipais de Educação, com participação de 512 componentes.
Programa de Formação Continuada para Gestores escolares (PROGESTÃO)	Trata-se de um programa de formação continuada de gestores escolares das redes estadual e municipais, em parceria com o CONSED e MEC/FNDE.	416 municípios com 4.179 cursistas da rede estadual e 16.417 cursistas das redes municipais
Projeto de Monitoramento e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR)	Assessoramento aos municípios na elaboração do diagnóstico da educação municipal e execução das ações do PAR, em parceria com o ISP/UFBA e FNDE/MEC, oportunizando a captação de recursos e adesão a programas e projetos do Governo Federal.	414 municípios atendidos.

Fonte: Programa de Apoio a Educação Municipal/SEC (2011).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Ao verificar o projeto de constituição do PROAM foi possível identificar a clareza da sua opção por políticas públicas que convergem para o aspecto da gestão do Sistema Municipal do Ensino e trazem consigo a necessidade de planejamento e organização do mesmo.

Para efetivação da proposta, serão desenvolvidas ações que viabilizem o assessoramento técnico às secretarias municipais de educação, com vistas à organização e fortalecimento do Sistema Municipal de Ensino. Para tanto, os municípios devem participar, por meio de adesão do gestor municipal juntamente com o secretário(a) municipal de educação, garantindo o envolvimento da equipe local. Nesse processo consideram-se a autonomia dos municípios, as peculiaridades e demandas locais, promovendo o desenvolvimento institucional dos órgãos municipais da educação, favorecendo a organização e o planejamento necessários para o avanço dos resultados educacionais (BAHIA, 2007, p.02).

Como opção programática para garantir o fortalecimento do processo de planejamento das políticas públicas para educação na Bahia de forma democrática, o PROAM buscou incentivar e qualificar a participação da sociedade no acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, tomando como referência a atuação dos conselhos municipais de educação, colocando o apoio a estes órgãos como um dos seus objetivos específicos, ou seja, “apoiar os municípios na criação e fortalecimento dos conselhos municipais de educação, organizando e orientando os conselheiros no desenvolvimento das atribuições do CME” (BAHIA, 2007, p. 03).

Ao tomar como referência as políticas públicas efetivadas pela Secretaria de Educação através do PROAM, algumas conclusões diante da construção da Agenda de políticas públicas proposta pelos governos do Partido dos Trabalhadores na Bahia apontam para o fortalecimento das relações federativas de colaboração.

V. Conclusiones

A revisão da literatura desenvolvida sobre o federalismo, ao ser confrontada com o levantamento documental e com as entrevistas, nos levou a perceber que há uma distância considerável entre o que traz o princípio normativo e, especificamente, como agem os entes federados ao estabelecerem parcerias por meio das políticas públicas. A linha que separa a autonomia federativa da intervenção de um sobre o outro é muito tênue, e, em alguns casos, quase que imperceptível.



Sendo assim, serão necessárias, para além das opções programáticas de governo, políticas públicas consistentes e coerentes com a realidade material das relações entre os entes federados para consolidar a autonomia de cada um.

A reconfiguração das forças políticas após o pleito eleitoral de 2007 na Bahia foi fundamental para que houvesse uma mudança do perfil da agenda de políticas públicas para a educação no Estado.

No sentido de consolidar um discurso programático que, do ponto de vista político, diferenciasse o novo governo das gestões anteriores, os documentos oficiais de planejamento foram amplamente utilizados para demonstrar uma perspectiva de participação da sociedade na definição da agenda de governo e na elaboração das políticas públicas. Assim tais discursos estiveram presentes nos Planos Plurianuais, nas Leis Orçamentárias Anuais, nos Compromissos Públicos de Gestão e nos Planos de Educação. No entanto, ressaltamos que o caminho a percorrer entre o que se propunha em tais documentos e a realidade efetiva para implementação de políticas públicas ainda se encontra em construção.

Com relação às políticas implementadas exclusivamente pelo SEC e pelo PROAM, percebemos que eles estavam mais atentos às possibilidades de estremecimento do equilíbrio entre as relações federativas e da autonomia dos entes diante das políticas públicas de educação. Sendo assim, a SEC, através do PROAM foi desenvolvendo políticas públicas de aproximação para consolidar um padrão de gestão que fortalecesse as relações de colaboração e cooperação, em tese, de forma horizontalizada, buscando ampliar a compreensão dos municípios para com a sua liberdade de escolha em participar ou não das mesmas. Contudo, essa percepção não é ingênua e leva em consideração as relações políticas que compõem os bastidores institucionais das relações de poder, pois, havia um interesse da nova gestão do Estado se aproximar dos municípios para se consolidar no governo.

Neste contexto, a Secretaria Estadual de educação fez a opção por implementar diversas políticas de apoio aos sistemas e redes municipais de ensino, fato que, para nós, traz consigo também uma intenção de levar os municípios, que possuem as suas redes vinculadas à Estadual, a assumirem a responsabilidade sobre elas na condição de sistemas autônomos. Aqui a pesquisa revelou uma diferença entre as opções programáticas da gestão do carlismo, que tinha o foco na escola e nas redes de escolares, em contraposição às gestões posteriores ao carlismo que passaram a olhar para os



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

sistemas municipais de ensino como organismos autônomos da rede estadual, e que deveriam gerir a educação do município a partir de diretrizes traçadas em âmbito local e calcadas em documentos que refletissem a realidade local como os Planos Municipais de Educação.

Nas políticas públicas desenvolvidas pelo PROAM pudemos observar que havia um cuidado institucional, para que as distâncias referentes às autonomias fossem mantidas e incentivadas. Ele ocupa papel fundamental na articulação das ações que se materializam em políticas públicas demandadas pela agenda de agenda de políticas públicas do governo no que diz respeito a efetivação do regime de colaboração entre os entes federados, com um suporte mais amplo dedicado às relações estabelecidas com os municípios.

O PROAM tem procurado garantir a convergência das políticas públicas educacionais direcionadas para os municípios, o que certamente contribui para o seu desenvolvimento, além de garantir uma capilaridade dialógica entre as intenções do governo do Estado da Bahia, representas em sua agenda de políticas públicas, sem invadir o espaço institucional dos demais entes federados.

Ficou patente para nós que, se a nível programático as políticas desenvolvidas pelo PROAM estavam alinhadas com o discurso do governo do Estado, a sua implementação só foi possível em virtude da articulação dos subsistemas políticos existentes dentro da Secretaria de Educação, principalmente, pela ocupação dos cargos de gestão dentro da SUPAV e do PROAM por pessoas que traziam consigo uma expertise de relação com políticas públicas de impacto sobre os municípios.

Por fim, constatamos nesta pesquisa que mais do que uma intenção programática, para mudar a realidade do planejamento e implementação de políticas públicas para educação no Estado da Bahia, será necessário um intenso processo de amadurecimento no sentido da construção de políticas interinstitucionais perenes, ou seja, que ao propor uma política que vise a parceria federativa, seja o Estado aquele ente que primeiro demonstre a sua responsabilidade com a manutenção da política até que o problema seja sanado, ou, se assim for necessário, apresente uma política alternativa. O que deve ser evitado pelo Estado é justamente ser ele o ente que promove a descontinuidade das políticas públicas.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ABRUCIO, F. L.; SEGATTO, C.I. O manifesto dos Pioneiros e o federalismo **brasileiro**: percalços e avanços rumo a um sistema nacional de educação. In: **O Sistema Nacional de Educação**: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014, p.40-57.

BAHIA. **PRINCÍPIOS E EIXOS DA EDUCAÇÃO NA BAHIA**. Secretaria Estadual de Educação. Salvador, Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/brasil-em-numeros/consehrh-estudo-comparativo/planos-estaduais-de-educacao/pee-ba.pdf>> Acesso: 25/01/2017

_____. **Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014**. Modifica a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo estadual e dá outras providências. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13204-2014-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 18 jul. 2017.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2016.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: ed. Unijuí, 2011.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município**: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 15 jun. 2016.

CAPELLA, Ana C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, p. 25-52. 2006.

_____. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. & MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____. A Trajetória das Políticas de Administração Pública na Agenda Governamental: Os Governos FHC e Lula. **Temas em Administração Pública**, Araraquara, SP. v.2, n.2, 2008.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: Desafio para uma Educação Igualitária e Federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em 11 de janeiro de 2017.

Dantas Neto, Paulo Fábio. “SURF” NAS ONDAS DO TEMPO: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003

_____. **Carlismo: passado, presente, futuro**. 2006. Disponível: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/Carlismopaulofabio.pdf>. Acesso em 07 de nov. 2016

_____. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? In: **9º Simpósio Observanordeste - Análises de Conjuntura**. Recife 2009. Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observatorionordeste/ixedicao/OBSERVANORDESTE_I_Edicao_texto_BA_rev.pdf>. Acesso em 06 nov. 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os Obstáculos ao Direito à Educação Básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul.-set. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 21 de novembro de 2016

MONLEVADE, João A. Educação escolar: colaboração e cooperação nas políticas públicas. In: **Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília, 2008. Disponível em: <conferencia.mec.gov.br/documentos/texto_monlevade.pdf> Acesso em 12/01/2017

O'DONNELL, Guillermo (1980). **Anotações para uma teoria do Estado** (1). Revista de Cultura e Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (3), nov. 1980./jul. 1981. (1981).

OLIVEIRA, Maria Neuza de. A Gestão Descentralizada da Educação no Estado da Bahia: a Proposta de Municipalização do Ensino. In: **29 Reunião da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED)**, 2006, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT05-2684--Int.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Democrático-Populares: Contradições Entre a Busca da Eficiência e a Ampliação do Direito à Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n.º. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Ano 3 - n.º. 8 - outubro de 2005.

SAVIANI, Dermeval. Plano Nacional de Educação, a questão federativa e os municípios: o regime de colaboração e as perspectivas da educação brasileira. **Grabois**, 17 ago. 2011. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/revista.int.php/id_sessao=16&id_publicacao=447&id_indice=2559. Acesso em: 15 jun. 2017.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SEC). Perfil da educação na Bahia – 2006. Salvador, Secretaria de Educação, 2006.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLAN). **Plano Plurianual (2004-2007)**. Salvador: Seplan, 2003. Disponível em:
<<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acesso em: 10 de mai 2017.

_____. **Plano Plurianual (2008-2011)**. Salvador, Seplan, 2007. Disponível em:
<<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acesso em: 11 de mai 2017

SILVA, J. A. da.. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo, Malheiros, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, RS. ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

_____. Federalismo, desenho constitucional e Instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 105-121, jun. 2005

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.